

# Nova tentativa de enxugar a administração

Ao analisarmos o programa de ajuste da economia para 1988, cujo documento básico foi entregue ao presidente José Sarney pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, na última terça-feira, preferimos focalizar as reformulações administrativas propostas, reservando-nos para discutir as medidas fiscais para quando elas forem efetivamente definidas em detalhe, o que deve ocorrer em breve.

É verdade que as providências de ordem administrativa, tais como a extinção de órgãos, não receberam ainda a aprovação final do presidente, e podemos bem avaliar as resistências que surgem nessas situações, não sendo esta a primeira vez que o governo anuncia que vai enxugar a sua máquina burocrática e desiste de fazê-lo à última hora.

Contudo, este é um tema em que temos insistido: como a experiência tem demonstrado, tornar-se-á cada vez mais difícil para as autoridades exigir sacrifícios do setor empresarial privado e do conjunto da população se não mostrarem, por meio de gestos claros, que a máquina estatal

também se enquadrará em um regime de austeridade.

Parece que este é agora o propósito do governo. Segundo foi noticiado, serão extintos o IBC, a Sudhevea, o Banco de Roraima, a Fundação Petrônio Portella, a Sudeco, o DNOCS, a Cia. Auxiliar de Energia Elétrica (CAEE), a Cia. Brasileira de Infra-Estrutura Fazendária (Infaz, antiga Cobec) e três subsidiárias da Sudene.

Os funcionários dessas empresas não serão apenas remanejados, caso haja condições para isso, mas admite-se mesmo a hipótese de demissão. Efetivamente, se o governo não tiver a coragem de reduzir os seus quadros de pessoal, de pouco adiantará a extinção pura e simples de órgãos e empresas estatais, mesmo considerando que desaparecerão polpudos cargos de diretoria ou de assessoria, tão comuns nessas instituições. Não se deve deixar de considerar também que há um número muito elevado — nunca, aliás, revelado pelo governo — de servidores lotados em mais de um órgão, os quais deveriam ser dispensados sem cerimônia.

Prevê também o programa de ajuste que certos órgãos, dentro

de uma política de descentralização e melhor distribuição de encargos entre os diversos níveis da administração, serão transferidos para a administração dos estados onde estão localizados. É o que deve ocorrer com a Cia. Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU) e as centrais de abastecimento (Ceasas). De fato, trata-se de atividades mais diretamente ligadas à vida cotidiana da população e cuja administração não pode ser mantida tão distante dos problemas, como até agora tem ocorrido. Naturalmente, nesses casos, caberá às administrações estaduais deliberar se mantêm ou não integralmente o corpo de funcionários.

Podem alguns críticos argumentar que as medidas previstas são ainda tímidas e que não representarão uma poupança de custos realmente apreciável para os cofres da União. Mesmo admitindo o conteúdo de verdade dessa ressalva, parece-nos que o essencial, nos esforços de reestruturar a máquina administrativa da União, é começar. E devemos reconhecer que, mesmo em se tratando de medidas que não vão ao fundo dos problemas, as pressões

que o governo sofrerá para tomá-las serão fortíssimas, não só de funcionários diretamente atingidos mas também de políticos que defendem interesses específicos ou se preocupam com prováveis impactos regionais dos cortes propostos.

Admitimos também que o governo deve proceder com cautela, respeitando direitos adquiridos de servidores, para não ter de arcar, futuramente, com o custo de decisões do Judiciário que contrariem as suas determinações.

Seja como for, estamos convencidos de que o esforço vale a pena, tanto mais por estar ligado, igualmente, ao afastamento do governo de certas atividades sobre as quais vinha tradicionalmente exercendo controle. Trata-se da recomendação do Ministério da Fazenda para a privatização da exportação de açúcar, a partir de julho do próximo ano, e o fim do monopólio da comercialização do trigo por parte do Banco do Brasil. Temos certeza de que o setor privado está perfeitamente capacitado a conduzir esses setores em maior benefício para a economia nacional.